

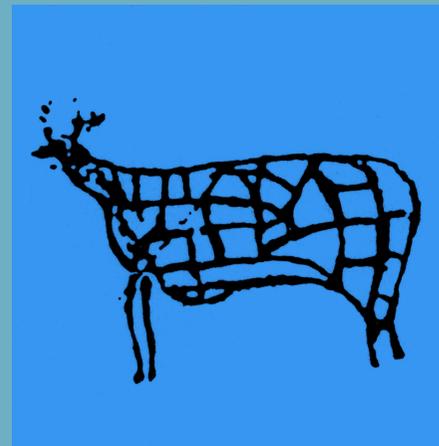
ACAFA

Nº 4 (2011) On-line

NOS 40 ANOS DO INÍCIO DA DESCOBERTA DA ARTE RUPESTRE DO TEJO

Vale do Tejo – a Ventura da Arte Rupestre

Depoimento de Francisco Sande Lemos



Vila Velha de Ródão, 2011

Vale do Tejo – A ventura da Arte Rupestre

Dedicado à memória de Jorge Pinho Monteiro, Eduardo da Cunha Serrão, João Rosa Viegas e Manuela Barthélemy González.

Nota prévia: Em Dezembro do ano passado realizaram-se na Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa as provas de Doutoramento do arquitecto Mário Varela Gomes sob o título **Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um ciclo artístico-cultural Pré e Proto-Histórico**. A dissertação formada por três volumes A3 é uma obra monumental com cerca de 1500 páginas, um marco na literatura científica portuguesa do século XXI embora recupere uma operação de salvamento efectuada em novecentos, na década de 70. Mário Varela Gomes foi dos últimos a integrar a equipa operacional que registou as gravuras do Vale do Tejo, pelo que se pode afirmar que os últimos muitas vezes são os primeiros. Foi, na verdade, o autor do primeiro trabalho académico sobre a Arte

Rupestre Tagana, tendo sido a sua obra elogiada unanimemente por um júri que tive a honra de integrar.

Como não poderia deixar de ser, da tese consta um capítulo dedicado ao historial das descobertas. No entanto, porque o tempo é finito (sendo tanta a matéria a tratar na dissertação, as imagens e os desenhos) esse capítulo, embora preciso e informativo é limitado e nunca poderia esgotar todo o universo de grandes e pequenas histórias de vários anos de trabalho de campo, bem como uma miríade de pequenas peripécias.

No dia em que teve lugar o doutoramento e na sequência das provas informaram-me que em 2011 se celebravam quarenta anos sobre a data das primeiras descobertas. Devo dizer que fiquei algo surpreendido. Quarenta anos, como se o tempo fosse uma máquina rotativa impiedosa que nos submete ao seu poder discricionário. Nesse mesmo dia a Associação de Estudos do Alto Tejo convidou-me a elaborar um depoimento a fim de ser publicado na revista que edita, em número dedicado a celebrar a efeméride. Foi assim que decidi recordar os primeiros momentos do projecto e reviver com minúcia possível alguns pormenores, porventura mais interessantes. Mas a memória é ingrata.

Deste modo resolvi investigar o passado e logo verifiquei que para redigir uma Memória capaz tinha de calcorrear muito. Já meti pés ao caminho, mas ainda só vou no princípio, confesso. Na verdade a documentação é muita e interessante, embora se encontre espalhada. Os dossiers que jazem no Palácio da Ajuda e que são um legado dos processos da antiga Junta Nacional de Educação são uma peça essencial. Espessos guardam detalhes relevantes ou curiosos, relatórios, cartas, ofícios, recibos. A leitura de toda essa documentação envelheceu-me mas também me divertiu e desfez imagens sem fundamento (ao percorrer os relatórios e os anexos por exemplo conclui que a Teresa Marques tinha trabalhado muito mais do que eu supunha; fui induzido em erro talvez pela maneira de estar jovial que lhe é própria). Também entrei sem vasculhar de forma exaustivo no conjunto de caixas depositados no Museu Nacional de Arqueologia e classificadas como legado Pinho Monteiro. É um outro tesouro de memórias sobre o estudo do Complexo de Arte Rupestre do Tejo. Numa das caixas, por exemplo, vislumbrei uma fotografia da equipa na estação do Fratel com uma série de recibos fixados por um “clips”. São documentos de despesa dos gastos com alimentação, mas também relacionados com um leilão de livros em que o GEPP licitou algumas obras de interesse maior.... Nas caixas encontram-se extensos

programas dactilografados definindo as regras do trabalho de campo, bem como relatórios de prospecções e os cadernos de campo do Jorge Pinho Monteiro. Para reconstituir ao detalhe toda a aventura serão necessários muitos dias. Mas basta folhear os documentos para se concluir, não sem um certo orgulho, que todos trabalhámos muito, apesar de jovens e de sermos voluntários. No texto que se segue misturam-se as minhas lembranças das campanhas, apontamentos da leitura de textos impressos e informação respigada dos arquivos. Este será um primeiro esboço das Minhas Memórias do Vale do Tejo, rascunho que pretendo ampliar nos próximos meses, depois de aceder a outros arquivos e recolher depoimentos.

1. A descoberta

A aventura da descoberta da Arte Rupestre das margens do Tejo é um tempo inculpido em definitivo na minha memória até que esta se decomponha em cinzas, uma dádiva transitória dos deuses a um simples mortal. Durante milénios as águas sagradas do rio lavaram anualmente as gravuras dos pecados humanos até que o conhecimento

quebrou o ciclo periódico, tentando abrir o segredo das rochas inscritas. Segredo apenas parcialmente desvendado.

Em boa verdade ainda hoje se desconhece a extensão do conjunto, pois nunca houve prospecções no Tejo Internacional. Houve apenas uma incursão na zona de Herrera de Alcântara, um local onde o acesso por carro parecia mais fácil devido à localidade estar próxima do rio e onde a cartografia indicava a possibilidade de ocorrência de gravuras. A hipótese confirmou-se. Prospecções recentes efectuadas pela equipa da Associação do Alto Tejo (Francisco Henriques e João Caninas) no Baixo Erges descobriram novos painéis gravados pelo que (até mais ver) o extremo leste do Complexo de Arte Rupestre do Tejo se situa nesse ponto. Deve admitir-se que inúmeros núcleos inteiramente desconhecidos tenham sido submersos pela barragem de Cedillo. Por outro lado as margens a montante da barragem abrangidas pelo primeiro enchimento derivado da ensecadeira, ou seja toda a extensão que se estende entre os núcleos de Silveira e Chão da Velha apenas foi superficialmente estudada. Que Júpiter e todos os deuses antigos do saber nos perdoem, por não termos sido mais diligentes.

Tudo começou em 31 de Outubro de 1971. Sobre a primeira identificação das gravuras de Fratel há várias descrições. Na verdade foi um momento único partilhado por apenas três arqueólogos portugueses: a Susana Jorge, o autor deste texto e Jorge Pinho Monteiro (falecido prematuramente) e uma arqueóloga de nacionalidade espanhola: Maria de Los Angeles Querol. Também estiveram presentes Helena Afonso (a namorada de JPM), Paulo Soromenho e dois habitantes do Fratel: Vítor Coelho e Joaquim Esteves, barqueiro. Julgo que o dia foi soalheiro ou pelo menos seco e a temperatura amena. Contudo já não me lembro quais foram as primeiras rochas a ser avistadas.

A deslocação de uma equipa do GEPP às longínquas paragens do Fratel, concelho de Vila Velha de Ródão, teve origem numa informação recolhida por Paulo Soromenho, professor do Ateneu de Lisboa, etnólogo e antigo colaborador de Leite de Vasconcelos. De acordo com o apontamento registado dizia-se que nas margens do rio, próximo da Estação de Caminho de Ferro do Fratel, existiam rochas com letras, um indicador que por vezes conduz a relevantes achados, ou de epigrafia latina ou de arte rupestre.

Admito que devo ter na memória uma máquina de apagar emoções pois não me recordo do que senti ao ver que as bancadas rochosas do Fratel tinham sido gravadas em grande quantidade com inúmeros símbolos, animais e desenhos que representavam a figura humana. Talvez surpresa, devido à abundância de gravuras e porque até esse dia, apenas palmilhara os depósitos sedimentares do pleistocénico, na orla marítima, na zona de Torres Vedras e de Sesimbra, pesquisando artefactos líticos, mesmo o mais rudes. Claro que não desconhecia a importância da arte rupestre, mas somente pelos livros.

Porém, como é evidente, tanto eu como as minhas colegas e JPM nos apercebemos de imediato da dimensão da descoberta. Mesmo assim quando o dia findou e regressámos à casa da aldeia de Fratel onde estávamos hospedados, eu não ainda tinha uma percepção clara (nem escura...) das consequências do sucedido. Na verdade, aquele dia 31 de Outubro determinou os três subsequentes anos da minha vida e influenciou o meu destino.

2. Os momentos seguintes

Mais tarde entre 26 e 30 de Novembro regressámos ao Fratel, desta vez já acompanhados por Eduardo da Cunha Serrão e por Vítor Oliveira Jorge que regressara da sua viagem a Moçambique onde fora em missão de trabalhos arqueológicos ao vale do Zambeze, financiados pela Junta de Investigações do Ultramar. Por outro lado apurámos que a jusante das bancadas gravadas do Fratel se estava a construir uma barragem que a iria submergir dentro em breve.

Ou seja enfrentávamos, inesperadamente, uma operação de salvamento de grande escala a par da voz crítica da equipa de Arqueologia dos Serviços Geológicos que declarava que a grande maioria das gravuras eram da autoria dos trabalhadores da linha de caminho de ferro, que teriam utilizado para tal os parafusos de ferro que agarram as traves de madeira onde assentam os carris.

Felizmente apesar de sermos estudantes, com a preciosa colaboração de Eduardo da Cunha Serrão, num ápice dissipámos as dúvidas (levantadas com intuito que ainda hoje ignoro) e decidimos avançar para uma intervenção coerente. Para tal obtivemos o apoio incondicional de

figuras chaves da Arqueologia portuguesa da década de 70 do século XX, como o Director da Faculdade de Letras de Lisboa e Professor Catedrático de Arqueologia, Fernando de Almeida. Assim na Faculdade de Letras que, frequentávamos como estudantes do Curso de História, tínhamos acesso directo a um dos “decisores” da Arqueologia portuguesa da época que aliás também acumulava as funções de responsável pelo Museu Nacional de Arqueologia. Fernando de Almeida confiava inteiramente no chamado GEPP (Grupo para o Estudo do Paleolítico Português) tendo mesmo cedido ao grupo uma sala no Museu Nacional de Etnologia e Arqueologia

Aliás a sala era um espaço muito curioso com uma larga mesa ao centro e uma bancada com gavetas onde encontrámos materiais líticos e frascos com medicamentos, provavelmente do antigo Director do Museu (Manuel Heleno). Ao fundo, no lado oposto à porta de entrada, toda a parede era revestida com um extenso armário em boa madeira onde se abriam pequenas gavetas. Dentro jaziam artefactos em sílex, parte deles recolhidos em Rio Maior. Assim Belém tornou-se um dos pontos de referência do GEPP, incluindo os intervalos para o lanche em que consumíamos sem hesitações os deliciosos pastéis, enquanto se discutia o modo como um biface acheulense deveria ser analisado a fim

de se estabelecerem quadros tipológicos. Mais tarde, durante as campanhas do Vale do Tejo, a sala do Museu foi uma das bases do trabalho de gabinete.

Enfim, éramos novos, quase temerários, talvez com excessos de arrogância, mas habituados pela força das circunstâncias (a Ditadura) a organizar estratégias e tácticas nas lutas académicas. Na sequência da descoberta estávamos firmemente dispostos a estudar as gravuras pois (vaidade censurável) entendíamos ser os mais aptos para tal. Todavia a experiência das lutas académicas nem sequer teve de ser aplicada no contexto dos poderes então vigentes pois, para além dos préstimos de Fernando de Almeida encontrámos um excelente acolhimento nas instituições oficiais bem como a colaboração directa de um dos grandes arqueólogos portugueses do século XX, Eduardo da Cunha Serrão.

Na Direcção Geral dos Assuntos Culturais, ao tempo instalada numa ala Oeste do edifício Biblioteca Nacional, em modestos gabinetes, contámos sempre com o apoio sólido de Manuel Bairrão Oleiro e de Carmelo Rosa que nos receberam logo que solicitámos audiência. O Doutor Manuel Bairrão Oleiro, era o responsável máximo da Direcção dos Assuntos Culturais e personalidade influente na Junta Nacional de

Educação. Sem a colaboração lúcida e eficiente de Bairrão Oleiro, que ocupava um posto chave na gestão do Património Arqueológico português não teria sido possível levar a cabo as campanhas que se efectuaram em 1972 e 1973. Na Fundação Calouste Gulbenkian Artur Nobre de Gusmão também confiou na equipa de jovens. Por último na Associação dos Arqueólogos Portugueses, presidida por Fernando de Almeida, também fomos bem recebidos quase ou mesmo como pares.

Esta área, a de gestão de contactos, foi uma das frentes operacionais que assumimos de forma hesitante, com algum receio, mas que se revelou sem dúvida a mais fácil, pois não foram necessários grandes esforços para que fosse concedido o necessário pedido de autorização e as verbas necessárias. Ainda hoje me surpreende como um grupo de jovens estudantes obteve um leque tão vasto de apoios, mesmo com o apoio de ECS, para todos efeitos um arqueólogo amador. Julgo que por um lado houve um factor de ordem política: a vontade de renovação do país (de que curiosamente também me apercebi quando prestei Serviço Militar nos anos de 1970 e 1971 na 4ª Repartição do Estado Maior do Exército, onde os oficiais superiores auscultavam com simpatia os milicianos normalmente recém-licenciados ou a frequentar as universidades, como era o meu caso).

Mas, sem dúvida, foi decisivo o perfil das personalidades supracitadas, genuinamente interessadas em promover uma nova prática da Arqueologia, bem. Foram assim facilmente vencidas as já citadas resistências absurdas, com origem nos Serviços Geológicos que não lograram dobrar a autonomia do GEPP.

O Grupo de Estudo para o Paleolítico Português, em cujo âmbito de trabalho ocorreram as primeiras descobertas, tinha como objectivo prioritário o avanço dos conhecimentos em Pré-História Antiga. Como tal, sob a liderança de Vítor Oliveira Jorge já tinham sido realizadas prospecções em formações pleistocénicas do litoral, designadamente em Torres Vedras, em Sesimbra e no Litoral Alentejano. A par dessa estratégia de identificação das jazidas dos depósitos relacionados com a costa, pensou-se em proceder ao reconhecimento dos terraços pleistocénicos do Tejo na zona a jusante e a montante das Portas de Ródão, um área praticamente desconhecida, sem referências bibliográficas desenvolvidas, ao contrário do bacia inferior do rio.

Será, pois, dentro desta linha de investigação que ocorre a descoberta da Arte Rupestre do Tejo. Tendo conhecimento do interesse do GEPP pelo Ródão, Paulo Caratão Soromenho, tal como já referimos, deu-nos

conta de uma nota, que ele registara como etnólogo, acerca de pedras com desenhos nas margens daquele rio, próximo da estação ferroviária do Fratel. Considerou-se assim interessante, a par da realização das prospecções nas formações quaternárias do Tejo, verificar o fundamento da nota.

Os trabalhos de campo nos terraços foram produtivos, tendo sido descoberta a estação de Vilas Ruivas, atribuível ao Paleolítico Médio. Este eixo da investigação porém só foi retomado após o enchimento da albufeira, concretizando-se as escavações daquele sítio, outro episódio memorável da História da Arqueologia do Vale do Tejo, bem como da Foz de Enxarrique.

A quantidade de gravuras e sua cronologia pré-histórica, bem como a edificação em curso da barragem do Fratel forçaram ao abandono provisório do referido projecto de estudo dos terraços antigos e congregaram o GEPP na tarefa urgente de registar as centenas de vestígios insculpidos nas rochas. Não existia uma equipa em Portugal apta no domínio da Arte Rupestre e além disso a descoberta, noticiada na Imprensa portuguesa e Internacional, era uma responsabilidade que não pretendíamos enjeitar até por uma questão de orgulho.

3. A missão de estudo a Paris

Apesar de jovens, ou talvez por isso mesmo, tínhamos consciência das nossas limitações e falta de preparação para o projecto que tencionávamos levar a cabo. Foi assim que pedimos e obtivemos um subsídio do Ministério da Educação para nos deslocarmos a Paris, a fim de contactar com investigadores experientes em Arte Rupestre e Paleolítico (procurando “matar dois coelhos com um cajadada”). A missão foi agendada para a Primavera de 1972, aproveitando as férias escolares.

A viagem, no Sud Express, foi agradável. Ficámos instalados num modesto hotel da zona histórica de Paris (a Maria Querol, a Susana ainda Lopes, o Vítor Oliveira Jorge, o Jorge Pinheiro Monteiro e eu).

O relatório desta viagem a Paris é uma peça muito relevante para a História da Arqueologia portuguesa. Nunca foi impresso, mas pode ser consultado no IGESPAR IP (dentro em breve Direcção Geral do Património Cultural?), em cujo arquivo está. Ignoro quem redigiu o Relatório (terá sido o Jorge Pinho Monteiro ou o Vítor?). Talvez até tenha sido um trabalho conjunto, pois está assinado por toda a equipa.

No documento são referidos com pormenor as audiências com os investigadores franceses (incluindo resumos ou extractos das suas opiniões) bem como as visitas a Museus ou Institutos. Fomos recebidos por André Leroi-Gourhan no seu gabinete do Collège de France e por A. Laming-Emperaire no Musée de l'Homme, bem como por Biberson e Texier no "Institut de Paléontologie Humaine". Na sequência de uma reunião com Michel Brézillon, director das "Antiquités Prè-Historiques de la région parisienne", foi marcada uma visita a Pincevant, decisiva para a metodologia posteriormente aplicada no Vale do Tejo. Michel Brézillon, que pertencia à equipa de A. Leroi-Gourhan, explicou-nos os métodos que aplicava no registo das gravuras que estava a estudar no Sahara, recorrendo a uma resina sintética o chamado látex. Este sistema também fora usado na moldagem de lajeiras de Pincevant, obtendo-se assim as réplicas do *habitat* magdalenense observáveis no Museu do sítio, mesmo ao lado.

O tempo em Paris esteve sempre agradável. Embora o frio primaveril ainda exigisse o uso de camisolas e agasalhos, pouco choveu. Desconheço se existe o manuscrito ou outras cópias do Relatório da viagem à capital da França, mas a seu tempo tentarei averiguar. Do anexo ao texto constam três fotografias. A mais imponente é a em que a

Susana Lopes, a Maria Querol e o VOJ foram registados para a posteridade na majestosa porta de entrada do Instituto de Paleontologia Humana. Quem terá sido o(s) autor(es)? Onde estão os originais? Talvez no acervo legado ao Museu Nacional de Arqueologia pelo irmão do Jorge Pinho Monteiro, ou talvez na posse do Vítor ou da Susana.

Sem dúvida pelo seu interesse, quer para a História dos estudos de Paleolítico quer de Arte Rupestre, a publicação deste breve documento é indispensável, enquanto os protagonistas ainda estão vivos.

4. Novas descobertas, a preparação das campanhas e os subsídios

De regresso a Lisboa organizámos um dossier com as linhas de trabalho a desenvolver, em conjunto com Eduardo da Cunha Serrão, que influenciado por V. G. Childe insistia bastante na corologia enquanto eu e o Jorge Pinho Monteiro estávamos mergulhados no estruturalismo. Esta divergência teórica não suscitou qualquer conflito e sempre respeitámos as opiniões de ECS, embora seja voz corrente que o atazanávamos. Eduardo da Cunha Serrão era, apesar da idade (sessenta e poucos), uma pessoa de espírito jovem e gostava de polemizar, não se importando nada de contra-atacar os modelos

estruturalistas então em voga. ECS ficara marcado pela experiência do estágio que realizou no Instituto de Arqueologia de Londres na década de 50 (salvo erro) e pelas leituras da obra do grande investigador australiano.

A sua rotina de vida foi alterada, mas sempre nos recebeu com verdadeiro entusiasmo, unidos pela tarefa comum de salvar a Arte Rupestre do Tejo. O seu andar em Campo de Ourique foi, pois, durante os anos subsequentes, ao longo de 1972 e 1973 o verdadeiro quartel-general onde se organizavam as campanhas de trabalho, mesmo numa fase mais avançada do projecto.

No projecto de salvamento do Vale do Tejo houve um trabalho que nos ocupou muito, a Eduardo da Cunha Serrão, ao Jorge Pinho Monteiro e a mim. Refiro-me aos contactos e correspondência com as entidades da tutela e com a Fundação Calouste Gulbenkian que financiou o Salvamento em parceria com a Administração Central. De qualquer modo a análise dos processos da JNE disponíveis para consulta na Biblioteca de Arqueologia do IGESPAR revela um relevante empenho pessoal de Bairrão Oleiro no sentido de agilizar todo o processo burocrático. Apesar de tudo a demora na transferência das verbas

concedidas tanto pelo Estado como pela Fundação Calouste Gulbenkian arrastaram para o mês de Dezembro de 1972 uma campanha que se deveria ter concretizado no Verão. Felizmente, os trabalhos realizados na Primavera de 1973 beneficiaram de boas condições atmosféricas e permitiram alcançar em grande parte os objectivos propostos. Tanto quanto foi possível apurar, o Estado contribuiu em 1972 com 54 mil escudos e a FCG com 110 mil, verbas transferidas no último trimestre de 1972. Mais tarde, em 1973 por parecer favorável da JNE foi concedida uma verba suplementar de 35 mil escudos para cobrir gastos suportados por ECS com a estadia das equipas nas últimas fase das campanhas. Porém esta verba só seria liquidada no último trimestre de 1974. São dados provisórios que terei de examinar com mais cautela.

Na verdade a operação de salvamento não teve o financiamento merecido. Tanto Eduardo da Cunha Serrão como os seus colaboradores mais directos e mesmo voluntários com estatuto indefinido gastaram muito dinheiro do seu bolso, em deslocações e estadias, e mesmo na compra de consumíveis.

5. A divulgação da descoberta

Entretanto não descurámos a divulgação das descobertas em diversas instituições científicas. Na Sociedade de Estudos Olissiponenses foi apresentada uma palestra em que intervieram Paulo Caratão Soromenho, Eduardo da Cunha Serrão e eu (talvez tenha sido a minha primeira comunicação em público e lembro-me que mal dormi devido a um violento episódio de asma). Nessa altura eu habitava na Travessa da Légua da Póvoa, em Lisboa claro. Lembro-me que a sessão foi presidida pelo professor Braga da Cruz, uma personagem influente e que este antes de começar a sessão me perguntou pelos “títulos”. Fiquei embaraçado pois era um anónimo estudante, mas tudo correu bem. A sala estava cheia devido às notícias saídas na Imprensa acerca da importância da descoberta.

Outro espaço quase obrigatório de difusão era a Associação dos Arqueólogos. Presidia à Secção de Pré-História, Manuel Farinha dos Santos. O público era escasso, pois a Arqueologia não tinha a mesma dimensão social que actualmente possui nem havia cursos como hoje. Seja como for estas comunicações eram importantes pois havia um bom ritmo na publicação da revista Arqueologia e História.

Marcámos, assim, nos meses seguintes à descoberta, uma posição clara, demonstrando que tínhamos um projecto bem organizado para estudar as gravuras do Ródão e que estávamos actualizados graças à deslocação a Paris, onde fortalecemos as ideias adquiridas nos livros mais recentes, não só de Arqueologia como também de Teoria, em especial as ideias de Claude Lévy-Strauss. Era, pois, indiscutível que apesar de ainda sermos estudantes e Eduardo da Cunha Serrão um arqueólogo amador, para todos os efeitos, conhecíamos a bibliografia tanto a da especialidade como os textos teóricos.

6. A formação das equipas

Paralelamente em pouco meses reuniu-se uma vasta equipa recrutada entre os estudantes do Curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa, dispostos a partilhar a aventura de forma voluntária, após o fecho dos exames e nas férias do Natal e da Páscoa. Os nomes são conhecidos. Primeiro juntaram-se ao núcleo inicial alunos que frequentavam o mesmo ano que nós (suponho que estávamos no terceiro): António Martinho Baptista, Vítor Serrão, António Carlos Silva e, salvo erro, Ludgero Marques.

Entretanto a Susana Oliveira Jorge e o Vítor Oliveira Jorge (que se tinha licenciado em Julho de 1972) embarcaram para Angola (em Novembro de 1972?), no âmbito do *cursus honorum* que obrigava os futuros assistentes da Faculdade de Letras a leccionarem nas novas universidades no Ultramar, neste caso em Sá de Bandeira, a futuro Huambo. O abandono de dois elementos relevantes da equipa que tinha sido autorizada a estudar o complexo do Vale do Tejo motivou correspondência entre Vítor Oliveira Jorge (carta de 8 de Outubro de 1972 a informar que segue para Angola) e as entidades da tutela. Esta circunstância obrigou à emissão de um parecer (elaborado por Manuel Bairrão Oleiro) em que confirmava a autorização de trabalhos arqueológicos anteriormente concedida, indicando que a equipa responsável ficava limitada a Eduardo da Cunha Serrão, Maria Querol, Jorge Pinho Monteiro e o autor destas linhas. De qualquer modo ECS poderia caso assim o entendesse nomear outros colaboradores, mas para o efeito deveria informar os nomes para devida apreciação da JNE.

Por outro lado o José Mateus e o Carlos Pimenta que integravam a equipa inicial do GEPP afastaram-se, depois de terem participado em algumas prospecções. Mais tarde, concluído o estudo de campo da Arte Rupestre regressaram em força ao Ródão, no âmbito dos estudos

paleolíticos, em inúmeras prospecções, dirigindo o estudo de Vilas Ruivas e as sondagens no Monte Famaco, onde foram achadas belíssimos bifaces acheulenses. Espero ter oportunidade de proximamente escrever um texto sobre essa segunda etapa das minhas aventuras no Tejo, que me ocupou a segunda metade dos anos 70 do século XX, pelo menos até 1979, quando fui sugado em definitivo pelo monstro da Arqueologia Urbana.

Retomando o tema deste artigo... Ao grupo inicial acima mencionado juntaram-se pouco depois outros alunos do mesmo ano que por qualquer motivo não tinham aderido logo, como a Teresa Marques ou de anos mais recentes como Luís Raposo, Manuela Martins, António Fernando Pereira, Olinda Sardinha e outros.

A quase totalidade dos nomes mencionados continuou ligada à Arqueologia, como é do conhecimento geral, não sendo necessário indicar as posições que ocupam. A questão que se coloca é a de saber se foi o interesse pela Arqueologia que as levou ao Vale do Tejo ou se a experiência vivida contribuiu para as futuras carreiras.

Em Espanha Maria Querol organizou uma equipa de alunas da Universidade Complutense que participaram na 2ª campanha de 1972,

NOS 40 ANOS DO INÍCIO DA DESCOBERTA DA ARTE RUPESTRE DO TEJO

Vale do Tejo – a Ventura da Arte Rupestre
Francisco Sande Lemos

coincidindo com o Natal e outros dois elementos que estiveram a colaborar no vale do Tejo na Primavera de 1972.

Aproveito para transcrever uma recente mensagem enviada por Maribel que me respondeu de imediato esclarecendo quem tinha participado e o seu actual paradeiro:

“Hola! ¡Que sorpresa tan agradable!

Efectivamente las personas que citas siguieron en la arqueología. Quizá la experiencia en el Vale do Tejo nos dió algun toque especial:

Barthélemy González, Manuela (fallecida): durante muchos años contratada en la Dirección General de Patrimonio del Ministerio de Cultura (Madrid) y desde 1995 conservadora en el Museo Nacional de Antropología (Madrid).

López García, Pilar: Profesora de investigación del CSIC.

Peña Sanchez, Jose Luis: Profesor titular de Escuela Universitaria, Dpto. de Prehistoria y Arqueología, Fac. Geografía e Historia, de la Universidad de Valencia.

Debo tener fotos de lo que fue mi primera, y feliz, experiencia en arqueología por si pudiera servir para contextualizar a otros colegas.

Un saludo muy cordial.

Maribel”

Em Vila Velha de Ródão dois jovens estudantes do Liceu, um residente na Vila e outro a viver a Lisboa, sabendo das campanhas de salvamento, ofereceram-se individualmente para colaborar. Os seus nomes são sobejamente conhecidos pela sua ligação ao Alto Tejo: Francisco Henriques e João Caninas. Segundo me esclareceu o primeiro foi ele próprio que aproveitando a chegada à estação de Vila Velha de Ródão de uma equipa de trabalho se dirigiu ao grupo oferecendo os seus préstimos, tendo segundo me contou falado com o autor deste texto. O ingresso de João Caninas na equipa fez-se através do seu familiar, filho da dona da Pensão Castelo.

Tal como se verificou com a quase totalidade dos participantes portugueses e espanhóis também o futuro de Francisco Henriques e de

João Caninas ficaram, a partir da experiência do Vale do Tejo, definitivamente ligado à Arqueologia em que continuam a trabalhar com um dinamismo digno de nota.

Tivemos também a colaboração de João Rosa Viegas, numa odisséia memorável: o transporte de uma embarcação pneumática tipo Zebra desde Setúbal até Vila Velha de Ródão, no tejadilho de um automóvel. Foi um gesto amável e generoso de uma personalidade que recordamos com saudade, devido ao seu trato e gentileza.

As poucas fotografias que subsistem ilustram o aspecto das equipas que por certo não seria autorizada a entrar num salão de chá em Lisboa (nem nesses tempos e ainda menos hoje). Mas Vila Velha de Ródão era terra longínqua. Não tínhamos chegado de repente ao concelho. A existência das gravuras fora dada a conhecer por um conceituado professor do Ensino Secundário de Lisboa, Paulo Caratão Soromenho, com família em Fratel. A presença de Eduardo da Cunha Serrão era outra garantia. Toda a gente sabia qual era a nossa missão. Por outro lado o facto é que trabalhávamos e diversas coberturas na Imprensa deram o devido relevo às campanhas.

7. As campanhas

O mais complicado de tudo era, confesso, a organização das campanhas, das equipas e o cumprimento dos objectivos.

Nesses tempos os estudantes não tinham automóveis, de modo que as deslocações faziam-se no comboio da linha da Beira Baixa que parava em todas as estações e apeadeiros a partir do Entroncamento em diante (até esta estação parava pelo menos em Vila Franca de Xira, Azambuja e Santarém). Eram várias horas de viagem, a um ritmo lento, de tal modo que por vezes abríamos as portas e sentados nos degraus, admirávamos com maior liberdade visual o curso do Tejo, refrescados pelo movimento de ar provocado pelo próprio comboio.

A chegada a Vila Velha de Ródão, normalmente ao fim da tarde, era um alvoroço. Para além da bagagem individual, havia também que descarregar todo o equipamento, incluindo os contentores com látex. O Chefe da Estação, preocupado em cumprir o horário ou em evitar que o comboio se atrasasse ainda mais ficava enervado. Houve mesmo uma vez que o Jorge Pinho Monteiro não teve tempo para retirar todo o equipamento fotográfico, de modo que o Chefe não esteve com

contemplações e apitou, mandando seguir o comboio. Teve assim de seguir até Castelo Branco, a próxima estação e apanhar a última ligação daquela cidade para Lisboa. Para nós foi um episódio cómico. Para o Jorge uma maçada de várias horas, suportada com o seu estoicismo, endurance e paciência.

Ficámos sempre alojados na Pensão Castelo, a única existente na sede do concelho, onde também jantávamos.

As deslocações para o sector do Fratel, conjunto de gravuras a jusante das Portas de Ródão, faziam-se a pé pela linha de caminho de ferro, percurso que aliás demorava menos a atingir as gravuras que contornando a serra por automóvel. Era necessário enfrentar dois momentos mais emotivos, a travessia do túnel em arco e as pontes metálicas. Os mais temerosos seguiam pelo estreito passadiço com uma das mãos apoiada na guarda em ferro. Outros, mais atrevidos, seguiam pelos tábuas em que assentavam os carris, desafiando o abismo (várias dezenas de metros) que os espreitava lá no fundo. Nunca ninguém se despenhou, como é óbvio. Mas houve quem tivesse deixado cair um saco com a comida (sandes), o que obrigava a uma operação de resgate. Entre a Pensão e as rochas do Fratel eram cerca

de três quilómetros, sempre à mesma cota, o que pouco custava com a carga distribuída pelos diversos membros da equipa.

Para os restantes locais alugávamos o único táxi disponível no concelho. O motorista era um indivíduo pitoresco sempre a repetir a mesma história de uma mulher que ele tinha atropelado por causa de uma burra, tantas vezes repetida que a partir de certa altura perdemos o fio à meada. Já não me recordo o seu nome.

A montante das Portas de Ródão se o trabalho previsto incidia na margem esquerda, a Sul, no Além-Tejo recorria-se aos préstimos do Sr. Carepa, morador em Perais, pescador e barqueiro. Outrora antes das primeiras barragens, conforme nos contava, com um ar sempre prazenteiro chegara a conduzir o barco carregado com pipas de azeite até Abrantes, cortando veloz pelos cachões. Normalmente descíamos a íngreme calçada que levava até à barca e ele, com saber dos muitos anos de trabalho, em poucos minutos atravessava a corrente do Tejo atracando em segurança junto a uma pequena praia, onde saltávamos para a margem Sul, sem esquecer o equipamento, os cantis e os bornais com a alimentação. Não se podia beber a água do Tejo pois sabíamos que a montante fora construída a Central Nuclear de Almaraz

e os esgotos de várias cidades espanholas desaguavam no rio. Apenas uma pessoa, que eu saiba, a Teresa Marques, não cumpriu a regra. Como está viva e de boa saúde é de admitir que a poluição não fosse tão grave quanto imaginávamos. De qualquer modo as pessoas das aldeias vizinhas tinham deixado de consumir o peixe apanhado no rio, pelo que raramente o sr. Carepo lançava as redes. Ao fim do dia, quando terminávamos, já estava à nossa espera para uma nova travessia desta vez em sentido contrário. Sempre com um cigarro pendurado, de marca Lucky Strike. E, no entanto, subia a vereda até ao planalto de Perais sem parar, como se fosse um jovem.

Só mais tarde tivemos apoio de carro, um Peugeot 404, graças ao Mário Varela Gomes. Também a Citroen disponibilizou a certa altura uma viatura a estrear. Infelizmente a peregrina ideia de irmos a Coimbra ouvir fados, no mês de Dezembro, cruzando a Serra da Lousã, provocou um acidente resultante do gelo, tendo o carro ido para a sucata. Conduzia a viatura o António Carlos Silva e o facto do automóvel ter batido na extremidade em cimento da ponte evitou a queda na ribanceira e ferimentos muito graves. Eduardo da Cunha Serrão chamava-lhe a campanha louca, pois fora ele que estabelecera os contactos com a firma.

O horário de trabalho era flexível. Para as equipas que iam realizar prospecções ou fazer os moldes em látex, a saída para o campo concretizava-se entre as 8 e as 9 horas, chegando ao local do trabalho por volta das 10, já as rochas queimavam. Interrompia-se por volta de uma hora para almoçar as rações (sandes de queijo, fiambre ou atum em lata, regadas com cerveja). Antes da refeição era normal um mergulho no Tejo para refrescar. Depois uma pausa para a sesta à sombra de algumas rochas que formavam abrigos ténues. A partir das 15 horas retomavam-se as tarefas e prosseguia-se até que o Sol desaparecia no horizonte. Aproveitando os últimos momentos de luz regressávamos até ao ponto combinado com o *chauffer* do táxi. Apesar do calor intenso ninguém se cansava. As equipas mantinham jovialidade e o humor, trocando “bocas”. Uma vez no regresso já quase noite preveniu-se um dos participantes (Luís Raposo) para que tivesse cuidado e saltasse por cima da faixa branca que era uma ribeira. Assim fez e tombou em cheio na água. Claro que a mancha branca era areia e a linha escura o leite do pequeno curso de água.

Mas o trabalho continuava pela noite dentro. A equipa de fotografia dirigida pelo Jorge Pinho Monteiro coadjuvado pelo António Carlos Silva só partia para o campo depois de jantar. Normalmente eram ajudados

na fase inicial, no transporte e instalação dos equipamentos por membros das outras equipas. Lembro-me que me coube muitas vezes transportar o pequeno mas eficiente gerador, uma acrobacia divertida entre as rochas de xisto. As luzes atraíam dezenas de milhares de mosquitos e em breve o cheiro a torradas queimadas afastava os mais sensíveis.

Embora segundo Mário Varela as fotografias lhe tenham apenas servido como elemento auxiliar, o facto é que se reuniu uma colecção de milhares de imagens, de qualidade variável, mas que deveriam ser digitalizadas, pois são um registo único.

O levantamento topográfico detalhado acabou por não ter a sequência que se desejava, até porque o tempo se esgotava e cada vez mais a equipa apostou no registo com moldes em látex, um método expedito, favorecido pelas temperaturas altas do fundo do vale e experiência que se tinha adquirido após a primeira campanha. O látex tinha de ser aplicado com precisão e em tempo útil sob pena de se formarem bolhas e logo a seguir as sucessivas camadas de tela. Havia participantes com menos habilidade e por isso eram apodados de Camaradas Bolhão. Claro que as rochas tinham previamente de ser bem limpas e por vezes

queimavam-se os arbustos. Lembro que na zona do Fratel, uma vez o Vítor Serrão, lançou a gasolina sob a rocha e depois sem reflectir lançou o fósforo posicionando-se a favor do vento que nesse dia soprava com maior vigor. O resultado é que ficou com o cabelo (de que muito se orgulhava) todo chamuscado, embora a ansiedade não se tivesse prolongado por mais do que dois dias.

De acordo com Mário Varela Gomes produziu-se um total de cerca de 1650 moldes em látex, 5000 negativos fotográficos, 4000 fichas, e outro material. Toda esta documentação de acordo com o parecer da JNE que autorizou os trabalhos arqueológicos deveria estar depositado no Museu Nacional de Arqueologia.

8. Até breve (considerações intermináveis...)

A esta distância foi em boa verdade uma aventura notável, porque apesar das discussões frequentes o grupo nunca se partiu, e porque cada um dos participantes, à sua maneira, se deixou enredar no feitiço do vale.

Entrando um pouco em genealogias, embora sem pretender glosar o tema da Geração do Tejo, um mito como qualquer outro, o facto é que nas campanhas de salvamento de Arte Rupestre se criaram laços que perduraram e que tiveram influência na História da Arqueologia Portuguesa, na década de 80 do século XX. A quase totalidade dos participantes continuaram agarrados à Arqueologia. Embora tenha havido uma dispersão geográfica, por áreas do saber e mesmo distanciamentos pessoais pelos mais variados motivos, o Projecto do Vale do Tejo foi uma experiência que marcou os estudantes no sentido de que o trabalho duro compensa, enraizando a ideia de que é possível concretizar projectos, mesmo que os obstáculos sejam ameaçadores ou intrincados.

Logo a seguir à Revolução de Abril, quando o ensino na Faculdade de Letras de Lisboa colapsou durante um ano lectivo inteiro, os estudantes do Vale do Tejo, embora estivessem presentes nas Assembleias e reuniões de alunos, organizaram um Curso Livre de Arte Rupestre, mostrando que era possível articular a turbulência política com o ensino. Seriam professores sem licenciatura mas com saber de experiência feito.

Em Vila Velha de Ródão ao estudo da Arte Rupestre seguiu-se o do Paleolítico da zona, um segundo projecto em que parte do envolvidos nas campanhas de registo das gravuras voltaram a participar, mas com novos elementos ampliando-se deste modo a rede.

Aliás, mesmo depois das águas se fecharem sobre a maioria das pedras encantadas das margens taganas, engolindo temporariamente o maior conjunto de Arte Rupestre de Portugal, senão mesmo da Península Ibérica, o estudo das terras de Ródão prosseguiu anualmente, multiplicando-se em várias frentes desde o Paleolítico, um dos objectivos iniciais, até à Arqueologia Contemporânea, incluindo também um sistemático inventário dos bens arqueológicos. No terreno ficaram o Francisco Henriques e o João Caninas, cujo labor através da Associação de Estudos do Alto Tejo, tem prosseguido com novos colaboradores, publicando com uma assiduidade notável os resultados do trabalho incessante que levam a cabo. Continuam, com sucesso, na pista das gravuras nos afluentes do Tejo e de abrigos com pinturas na crista quartzítica. Mas também abrem novas perspectivas de investigação como por exemplo o estudo dos muros apiários, um contributo inovador para o conhecimento da Arqueologia rural, tema da última Açaфа on-line, um volume de indispensável consulta para quem

pretende conhecer a História do mundo rural ao longo do I milénio d. C. A par da supracitada equipa de investigadores outros arqueólogos ou veteranos têm procurado e com sucesso descobrir novas gravuras nos afluentes do Tejo.

Persistem, mesmo assim inúmeros enigmas por decifrar, dos quais apenas enuncio alguns. Qual é a verdadeira extensão geográfica do Complexo de Arte Rupestre do Tejo, nome que a equipa inicial decidiu atribuir logo em 1972 ao conglomerado de núcleos de arte rupestre que ocupam as margens do Alto Tejo Português e do Tejo Internacional e se infiltram nos seus afluentes, em especial na margem Norte, no Ocreza? Porque motivo a Arte da Idade do Ferro, apesar do amplo espectro cronológico do Vale do Tejo está ausente das margens do rio, ao contrário do esplendor das gravuras sidéricas do complexo Alto Douro Português-Vale do Côa? Haverá uma ligação material entre os dois grandes conjuntos? Embora as prospecções do Erges tenha sido inconclusivas a verdade é que o Bazágueda, o principal afluente do Erges e que nasce próximo das cabeceiras do Águeda, cortando na direcção Sul a Serra da Malcata ainda não foi prospectado de forma exhaustiva. A localização das gravuras do Tejo no cruzamento do imponente sinclinal com o rio, coincidente com as do Douro/Côa noutro

ponto de intersecção entre um série de geoformas únicas e aqueles dois cursos de água são um tema do maior interesse para o conhecimento do pensamento das comunidades pré-históricas acerca do território. Embora já analisado em trabalhos diversos, designadamente na dissertação de doutoramento do Mário Varela Gomes, é outra matéria que poderá ser iluminada com mais clareza através da aplicação de novas tecnologias.

O complexo das gravuras do Tejo também tem sido investigado, em especial no Ocreza, pelo Instituto Politécnico de Tomar, do que resultou um melhor conhecimento da sua geografia. Por certo esta linha de trabalho, inserida numa dinâmica de estudos comparados de Arte Rupestre, suscitará novas problemáticas.

Finalmente uma última pergunta: qual será o estado de conservação das gravuras. Quando um dia as barragens forem consideradas inúteis e demolidas a Arte do Tejo vai de novo brilhar à luz do Sol, em todo o seu esplendor?

Francisco Sande Lemos
Arqueólogo

NOS 40 ANOS DO INÍCIO DA DESCOBERTA DA ARTE RUPESTRE DO TEJO

Vale do Tejo – a Ventura da Arte Rupestre
Francisco Sande Lemos



António Martinho Baptista, Helena Afonso e Diane Lavigne, a caminho das Portas de Ródão, em Dezembro de 1972 (fotografia de António Carlos Silva)

NOS 40 ANOS DO INÍCIO DA DESCOBERTA DA ARTE RUPESTRE DO TEJO

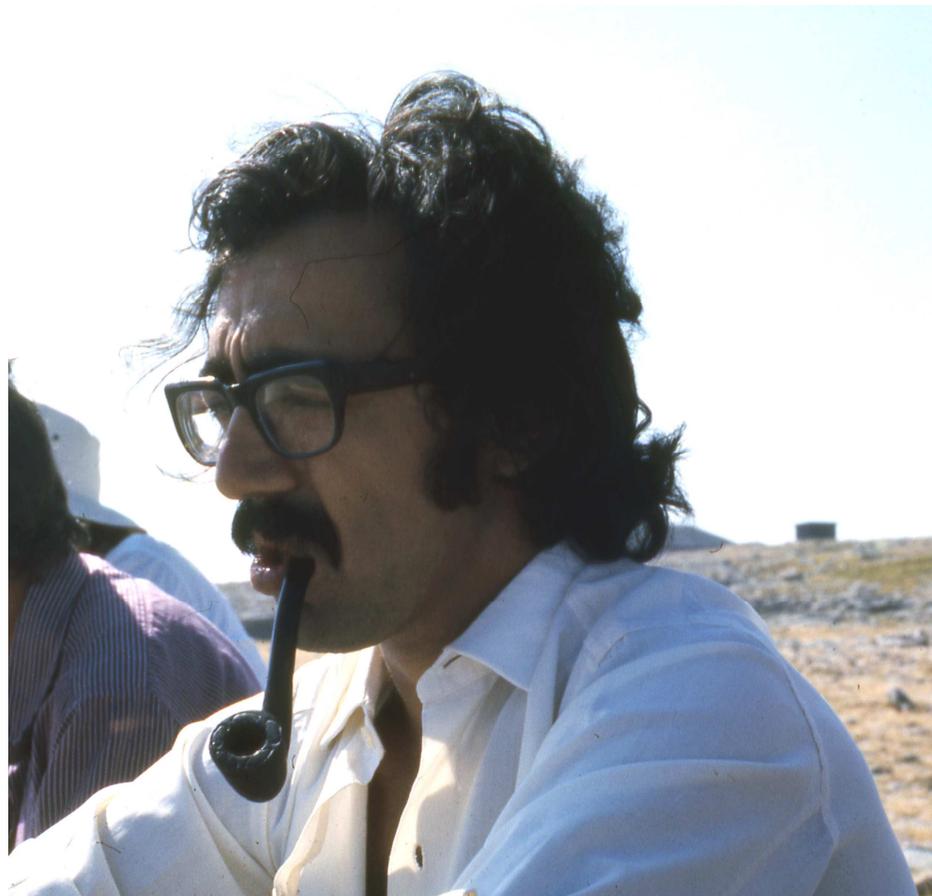
Vale do Tejo – a Ventura da Arte Rupestre
Francisco Sande Lemos



Jorge Pinho Monteiro, provavelmente no Cachão do Algarve na Páscoa de 1973 (fotografia de António Carlos Silva)

NOS 40 ANOS DO INÍCIO DA DESCOBERTA DA ARTE RUPESTRE DO TEJO

Vale do Tejo – a Ventura da Arte Rupestre
Francisco Sande Lemos



Francisco Sande Lemos